



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico Judiciário
Área Administrativa

Prova Cargo MK09/BY09, Tipo 1
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.

Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: As questões de números 1 a 8 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

No caldeirão em que se misturam 240 000 índios, 2 500 empresas madeireiras, 3 000 religiosos, outros tantos cientistas e centenas de organizações não-governamentais, também se encontram histórias que demonstram a possibilidade de aproveitar recursos da floresta com bom senso ambiental. A chamada bioindústria é um exemplo. Ela resulta de acordos de empresas interessadas em adicionar charme e exotismo a seu **marketing** com comunidades que podem explorar, controladamente, produtos que a mata oferece. A grife inglesa de cosméticos **The Body Shop** há quinze anos começou a comprar óleo de castanha-do-pará produzido por índios caiapós. Desde 1997, os índios iauanauás vendem urucum para a companhia americana **Aveda**, do mesmo ramo. Como nem índios nem empresas têm interesse em multiplicar a produção – o que derrubaria os preços –, quem sai ganhando é a floresta.

Até nas cidades da região podem-se achar soluções. É emblemático o caso de Manaus. A cidade faliu depois do ciclo da borracha. Naufragou de novo quando a abertura das importações abalou a Zona Franca. E agora renasce com uma alternativa que, em vez de incentivos fiscais, usa investimentos em tecnologia e em infra-estrutura para produzir e escoar produtos eletrônicos de alto valor. A capital ajuda a diminuir a pressão sobre a floresta ao atrair mão-de-obra, além de gerar impostos – 8,5 bilhões de reais – que podem ser aplicados em comunidades mais distantes.

(Veja, São Paulo, n. 1893, p. 60, fev. 2005)

1. De acordo com o texto, está correta a seguinte afirmativa:
 - (A) O exotismo da região amazônica, com sua imensa variedade ambiental e a múltipla formação de seus habitantes, reflete-se no aproveitamento total dos recursos da floresta.
 - (B) As comunidades indígenas da Amazônia só conseguirão sobreviver com dignidade se permanecerem associadas aos interesses capitalistas de empresas estrangeiras.
 - (C) A frase inicial do texto remete, de maneira implícita, aos constantes conflitos econômicos e sociais, derivados de interesses diversos, na região amazônica.
 - (D) A exploração comercial de produtos que utilizam matéria-prima da floresta amazônica, por empresas não brasileiras, constitui um dos fatores de destruição do meio ambiente.
 - (E) As organizações não-governamentais exercem papel importante na região amazônica, na tentativa de conciliar interesses divergentes, especialmente entre líderes religiosos e cientistas.

2. Segundo o texto, a bioindústria
 - (A) aporta recursos para as comunidades da Amazônia com produtos que utilizam matéria-prima da região, sem destruir a floresta.
 - (B) explora os recursos oferecidos pela floresta amazônica sem maior preocupação, a não ser com sua própria imagem comercial.
 - (C) resulta de interesses econômicos internacionais, que exploram em benefício próprio os conhecimentos tradicionais dos índios.
 - (D) depende de investimentos em tecnologia e em infra-estrutura para desenvolver-se convenientemente na região.
 - (E) oferece produtos com preços bem mais acessíveis que os demais, por aproveitar matéria-prima oferecida pela floresta.

3. A frase que traduz corretamente a idéia central do texto é:
 - (A) Há exploração indevida da mão-de-obra indígena, desqualificada para concorrer num mercado internacional.
 - (B) Interesses econômicos alheios ao Brasil favorecem a exploração predatória da floresta amazônica.
 - (C) Incentivos fiscais, de larga aplicação na Amazônia, seriam a solução mais adequada para a geração de recursos em toda a região.
 - (D) É possível haver atividade econômica rentável para a população da Amazônia, sem haver necessariamente a destruição da floresta.
 - (E) As necessidades de sobrevivência de uma excessiva população instalada na Amazônia prejudicam a preservação dos recursos naturais.

4. É emblemático o caso de Manaus. (2º parágrafo)

Considere a frase transcrita acima e o que diz o Dicionário Houaiss, a respeito do vocábulo **emblema**.

1. sentença ou mote que encerra uma idéia moral, numa imagem ou gravura e em versos que explicam o sentido inerente a ambas; 2. figura simbólica, ser ou objeto concreto representativo de uma idéia abstrata; 3. p.ext. distintivo ou insígnia de instituição, sociedade, associação etc, utilizada no traje ou em objetos a ela relativos...

É correto afirmar, pois, que o ÚNICO sentido que não deve ser aplicado ao adjetivo **emblemático**, grifado na frase acima, é

- (A) simbólico.
- (B) incomum.
- (C) marcante.
- (D) relevante.
- (E) exemplar.

5. A substituição dos segmentos grifados nas frases que seguem está feita de maneira INCORRETA em:

- (A) *aproveitar recursos da floresta* = aproveitá-los.
- (B) *os índios iauanauás vendem urucum* = vendem-no.
- (C) *o que derrubaria os preços* = o que os derrubaria.
- (D) *usa investimentos em tecnologia* = usa-os.
- (E) *ao atrair mão-de-obra* = ao atrair-lhe.

6. – o que derrubaria os preços –
– 8,5 bilhões de reais –

O uso de travessões nos dois segmentos transcritos acima aponta o fato de que

- (A) esses sinais são utilizados habitualmente para assinalar repetição de idéias.
- (B) ambos os sinais de pontuação introduzem, no contexto, uma enumeração.
- (C) os mesmos sinais de pontuação podem isolar segmentos de diferente valor informativo.
- (D) eles podem, normalmente, introduzir informações desnecessárias no contexto.
- (E) eles assinalam uma ruptura na estrutura das frases, com prejuízo da seqüência lógica das idéias.

7. ... quando a abertura das importações abalou a Zona Franca. (2º parágrafo)

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal passa a ser

- (A) foi abalada.
- (B) foram abaladas.
- (C) tinha abalado.
- (D) seria abalada.
- (E) estava abalando.

8. A concordância, verbal ou nominal, está correta na frase:

- (A) Algumas comunidades indígenas, orientadas por ambientalistas, sobrevivem com a exploração de recursos que a floresta lhe oferecem.
- (B) A geração de impostos podem contribuir para melhorar as condições de vida em locais mais afastados, onde vivem população carente.
- (C) As condições do frágil equilíbrio ecológico amazônico exige uma atividade econômica que aumentem os rendimentos das famílias, sem destruição da natureza.
- (D) Os inúmeros conflitos de interesses na Amazônia torna muito difícil as tentativas de organização socioeconômica da região.
- (E) Existem muitos casos de exploração, em toda a região amazônica, em que se desrespeitam os limites do que a natureza é capaz de repor.

Atenção: As questões de números 9 a 13 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Os trabalhadores brasileiros tiveram no ano passado mais dinheiro para gastar, graças à criação de empregos e a um começo de recuperação de salários. Os acordos salariais foram os melhores desde 1996. Em 81% das negociações, o reajuste foi igual ou superior à inflação de 12 meses medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). A recomposição foi parcial, mesmo no caso dos acordos mais favoráveis, porque as perdas se acumularam durante vários anos. Mas novos ganhos deverão ocorrer neste e nos próximos anos, se a economia continuar em crescimento, mais empregos de qualidade forem criados e a inflação permanecer controlada.

Os acordos foram melhorando ao longo de 2004, na medida em que aumentou a confiança na reativação da economia. Essa mudança é visível no levantamento realizado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese). O otimismo crescente refletiu-se na criação de empregos, na recomposição de salários e na progressão do investimento produtivo.

A evolução do mercado de trabalho fortaleceu a indústria de bens de consumo e deu novo impulso à produção de bens não duráveis, mais dependente das condições de emprego e salário. A de bens duráveis já vinha sendo estimulada pela expansão do crédito ao consumo.

Os efeitos sobre a indústria teriam sido maiores, no entanto, se os aumentos de tarifas dos serviços de utilidade pública não tivessem continuado a sugar uma grande parte do rendimento das famílias.

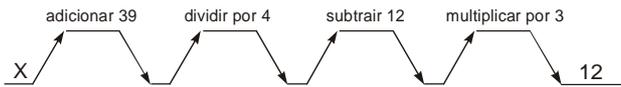
(Adaptado de **O Estado de S.Paulo**, 3 de abril de 2005, A3)

9. A explicação apresentada no texto para uma recuperação ainda parcial dos salários está

- (A) na ausência de acordos salariais mais favoráveis ao trabalhador.
- (B) no acúmulo de perdas salariais que vêm ocorrendo há algum tempo.
- (C) no descontrole, ainda que pequeno, de um ritmo inflacionário na economia.
- (D) na desconfiança de empresários, principalmente os estrangeiros, nos rumos da economia nacional.
- (E) na falta de uma mão-de-obra mais qualificada, em vista das exigências do mercado de trabalho.

<p>10. Considerando-se o assunto principal do texto, o último parágrafo</p> <p>(A) reafirma, de forma coerente, os argumentos propostos no desenvolvimento do texto.</p> <p>(B) conclui positivamente a visão otimista das informações prestadas anteriormente.</p> <p>(C) introduz um comentário que não apresenta ligação alguma com o contexto.</p> <p>(D) apresenta restrições que limitam as informações assinaladas no contexto.</p> <p>(E) usa um exemplo para justificar a afirmativa feita no parágrafo anterior.</p>	<p>13. A frase redigida com clareza, lógica e correção é:</p> <p>(A) Melhorando as condições de trabalho, o mercado refletiu-se também no aumento dos empregos com carteira assinada, onde aumentou mais de 1,5 milhão de postos criados no ano passado.</p> <p>(B) A melhora das condições do mercado de trabalho refletiu-se também no aumento dos empregos com carteira assinada, já que mais de 1,5 milhão de postos foram criados no ano passado.</p> <p>(C) Tanto à melhora das condições de trabalho quanto desse mercado refletiu-se também no aumento dos empregos com carteira assinada, desde que foi criado mais de 1,5 milhão de postos no ano passado.</p> <p>(D) A melhora das condições de trabalho e do mercado refletiram-se também no aumento dos empregos com carteira assinada, sendo que, ano passado, teve criação de mais de 1,5 milhão de postos.</p> <p>(E) As condições do mercado de trabalho melhorou, refletindo-se no aumento dos empregos também com carteira assinada, no entanto no ano passado, mais de 1,5 milhão de postos foram criados.</p>
<p>11. Os efeitos sobre a indústria <u>teriam sido maiores...</u> (início do último parágrafo)</p> <p>A forma verbal grifada assinala, considerando-se o contexto,</p> <p>(A) uma situação possível sob certas condições.</p> <p>(B) uma dúvida real, a partir de um fato concreto.</p> <p>(C) a certeza da realização de um fato no passado.</p> <p>(D) a condição básica de um fato a ocorrer no futuro.</p> <p>(E) um fato que se repete até o momento presente.</p>	<p>14. Todas as palavras estão escritas corretamente na frase:</p> <p>(A) Há uma crescente apreensão na economia mundial, como consequência da retração nos Estados Unidos e o aumento do desemprego na União Européia.</p> <p>(B) Economistas reconhecem que o movimento de expansão do crédito, como o consignado, contradis o esforço de conter a inflação.</p> <p>(C) A expectativa de crescimento nas exportações de calçados foi afetada pelo comportamento do dólar, mudando o cenário otimista do pólo atacadista do setor.</p> <p>(D) Algumas medidas governamentais tentam regular a bioprospecção, que viza o desenvolvimento de produtos apartir de recursos genéticos de plantas e de animais.</p> <p>(E) A quantidade e a variedade de opções oferecidas pela região amazônica permitem atender aos interesses diversificados de viajantes, estrangeiros ou não.</p>
<p>12. O segmento grifado está empregado corretamente na frase:</p> <p>(A) Levantamentos estatísticos reconhecem <u>em que</u> está ocorrendo uma recuperação da atividade econômica, atualmente.</p> <p>(B) São várias as opiniões de especialistas <u>que</u> deve haver maior qualificação da mão-de-obra para as exigências atuais do mercado.</p> <p>(C) A recuperação salarial, <u>a que</u> se referem os pesquisadores, é ainda parcial, porém demonstra a reativação da economia.</p> <p>(D) O crescimento da economia, <u>do qual</u> se esperava há muito, fez aumentarem os investimentos em modernização da indústria.</p> <p>(E) Foram concedidos os reajustes salariais <u>com que</u> batalhavam especialmente os trabalhadores da indústria.</p>	<p>15. Ambientalistas que passaram lutar pelo controle do desmatamento na Amazônia são vistos como inimigos serem neutralizados, originando-se daí os assassinatos relacionados luta pela posse da terra.</p> <p>As lacunas da frase acima serão corretamente preenchidas por</p> <p>(A) à - à - a</p> <p>(B) à - a - a</p> <p>(C) a - à - à</p> <p>(D) a - a - à</p> <p>(E) a - à - a</p>

16. No esquema seguinte têm-se indicadas as operações que devem ser sucessivamente efetuadas, a partir de um número X, a fim de obter-se como resultado final o número 12.



É verdade que o número X é

- (A) primo.
- (B) par.
- (C) divisível por 3.
- (D) múltiplo de 7.
- (E) quadrado perfeito.

17. Na figura abaixo tem-se um quadrado mágico, ou seja, um quadrado em que os três números dispostos nas celas de cada linha, coluna ou diagonal têm a mesma soma.

X	$\frac{9}{2}$	-2,5
Y	$\frac{1}{2}$	Z
$\frac{7}{2}$	T	1,5

Nessas condições, os números X, Y, Z e T devem ser tais que

- (A) $X < Y < Z < T$
- (B) $T < Y < X < Z$
- (C) $T < X < Z < Y$
- (D) $Z < T < X < Y$
- (E) $Z < Y < X < T$

18. Pretendendo incentivar seu filho a estudar Matemática, um pai lhe propôs 25 problemas, prometendo pagar R\$ 1,00 por problema resolvido corretamente e R\$ 0,25 de multa por problema que apresentasse solução errada. Curiosamente, após o filho resolver todos os problemas, foi observado que nenhum devia nada ao outro. Se x é o número de problemas que apresentaram solução errada, então

- (A) $x > 18$
- (B) $12 < x < 18$
- (C) $8 < x < 12$
- (D) $4 < x < 8$
- (E) $0 < x < 4$

19. Na oficina de determinada empresa há um certo número de aparelhos elétricos a serem reparados. Incumbidos de realizar tal tarefa, dois técnicos dividiram o total de aparelhos entre si, na razão inversa de seus respectivos tempos de serviço na empresa: 8 anos e 12 anos. Assim, se a um deles coube 9 aparelhos, o total reparado foi

- (A) 21
- (B) 20
- (C) 18
- (D) 15
- (E) 12

20. Os originais de um texto tinham 690 páginas, com 25 linhas em cada uma, e, após digitados, resultaram em um livro de 630 páginas, cada qual com 30 linhas. Dispondo-se dos originais de outro texto, contendo 276 páginas, com 30 linhas em cada uma, será possível obter um livro de mesmo formato do primeiro, com número de páginas igual a

- (A) 238
- (B) 230
- (C) 224
- (D) 218
- (E) 210

21. Duas lojas têm o mesmo preço de tabela para um mesmo artigo e ambas oferecem dois descontos sucessivos ao comprador: uma, de 20% e 20%; e a outra, de 30% e 10%. Na escolha da melhor opção, um comprador obterá, sobre o preço de tabela, um ganho de

- (A) 34%
- (B) 36%
- (C) 37%
- (D) 39%
- (E) 40%

22. Qual é o capital que, investido a juros simples e à taxa anual de 15%, se elevará a R\$ 17 760,00 ao fim de 1 ano e 4 meses ?

- (A) R\$ 14 500,00
- (B) R\$ 14 800,00
- (C) R\$ 15 200,00
- (D) R\$ 15 500,00
- (E) R\$ 15 600,00

23. Certo dia, durante o almoço, o restaurante de uma empresa distribuiu aos usuários 15 litros de suco de frutas, que vem acondicionado em pacotes que contêm, cada um, $\frac{1}{3}$ de litro. Se todos os freqüentadores tomaram suco, 17 dos quais tomaram cada um 2 pacotes e os demais um único pacote, o total de pessoas que lá almoçaram nesse dia é

(A) 23
(B) 25
(C) 26
(D) 28
(E) 32

24. Um técnico administrativo foi incumbido de arquivar 120 processos em X caixas, nas quais todos os processos deveriam ser distribuídos em quantidades iguais. Entretanto, ao executar a tarefa, ele usou apenas X-3 caixas e, com isso, cada caixa ficou com 9 processos a mais que o previsto inicialmente. Nessas condições, o número de processos colocados em cada caixa foi

(A) 24
(B) 22
(C) 21
(D) 17
(E) 15

25. Para percorrer um mesmo trajeto de 72 900 metros, dois veículos gastaram: um, 54 minutos, e o outro, 36 minutos. A diferença positiva entre as velocidades médias desses veículos, nesse percurso, em quilômetros por hora, era

(A) 11,475
(B) 39,25
(C) 40,5
(D) 42,375
(E) 45,5

Atenção: As questões de números 26 a 30 referem-se ao Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União.

26. A posse em cargo público ocorrerá no prazo

(A) de trinta dias, contados da publicação do ato de provimento.
(B) de quinze dias, prorrogável por igual período, contados a partir da nomeação.
(C) fixado no edital do concurso público, o qual não poderá ser superior a trinta e inferior a quinze dias.
(D) de até quarenta e cinco dias, contados da nomeação ou da ascensão.
(E) de quarenta e cinco dias, contados do efetivo exercício.

27. A reintegração

(A) constitui forma de investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.
(B) caracteriza-se pelo retorno à atividade do servidor aposentado por invalidez, quando, por junta oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.
(C) ocorre com o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado, em face da sua inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.
(D) é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimentos de todas as vantagens.
(E) decorre do deslocamento do servidor, estável ou não, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.

28. A pena de advertência será aplicada ao servidor que

(A) valer-se do cargo para lograr proveito pessoal, em detrimento da dignidade da função pública.
(B) aceitar comissão de estado estrangeiro.
(C) coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional.
(D) praticar usura sob qualquer de suas formas.
(E) utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços particulares.

29. Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em perícia médica,

(A) com prejuízo da remuneração após o décimo quinto dia de licença.
(B) sem prejuízo da remuneração a que fizer jus.
(C) sem prejuízo dos vencimentos, mas com prejuízo das demais verbas que compõem a remuneração.
(D) com prejuízo dos vencimentos, após o decurso do prazo de trinta dias de licença.
(E) sem prejuízo dos vencimentos, mas com prejuízo das demais verbas que compõem a remuneração, após o trigésimo dia de licença.

30. Além de outras, constituem formas de provimento de cargo público:

(A) permuta e promoção.
(B) nomeação e ascensão.
(C) transferência e readaptação.
(D) recondução e transposição.
(E) promoção e recondução.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Considere as proposições relativas aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos:

- I. A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
- II. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- III. A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo, porém, imperativa a interferência estatal em seu funcionamento, objetivando garantir o respeito aos direitos dos sócios e cooperados.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) III.

32. A Constituição Federal assegura à categoria dos trabalhadores domésticos o direito

- (A) à licença-paternidade, nos termos fixados em lei.
- (B) à remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- (C) ao pagamento de horas extraordinárias.
- (D) à proteção em face da automação, na forma da lei.
- (E) ao seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador.

33. O Poder Judiciário NÃO abrange

- (A) o Superior Tribunal de Justiça.
- (B) os Tribunais e Juízes Eleitorais.
- (C) o Tribunal de Contas da União.
- (D) os Tribunais e Juízes do Trabalho.
- (E) os Tribunais e Juízes Militares.

34. A respeito dos direitos sociais, é correto afirmar:

- (A) É vedada a dispensa de empregado sindicalizado, a partir da sua eleição para cargo de direção ou representação sindical, até o final do mandato, salvo se cometer falta grave.
- (B) É assegurada à categoria dos trabalhadores domésticos a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
- (C) A lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato e para o respectivo registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- (D) É assegurada nas empresas com mais de duzentos empregados, a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
- (E) Todo empregado é obrigado a filiar-se e a manter-se filiado a sindicato, e o aposentado não tem direito de ser votado nas organizações sindicais.

35. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre

- (A) seguridade social.
- (B) direito processual.
- (C) propaganda comercial.
- (D) populações indígenas.
- (E) direito tributário e financeiro.

36. O órgão do Poder Legislativo que tem competência exclusiva para resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional é

- (A) o Supremo Tribunal Federal.
- (B) a Presidência da República.
- (C) o Congresso Nacional.
- (D) o Senado Federal.
- (E) a Câmara dos Deputados.

37. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo sistema de controle interno de cada Poder e, mediante controle externo, pelo

- (A) Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- (B) Tribunal de Contas da União, com o auxílio do Ministério Público da União.
- (C) Tribunal de Contas da União, com o auxílio do Congresso Nacional.
- (D) Congresso Nacional, com o auxílio do Supremo Tribunal Federal.
- (E) Ministério Público da União, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

<p>38. Com relação ao Poder Judiciário, é correto afirmar que</p> <p>(A) o ingresso na carreira da magistratura ocorrerá mediante concurso público de provas e títulos, sem a participação da Ordem dos Advogados do Brasil.</p> <p>(B) o ingresso na carreira da magistratura exige do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica.</p> <p>(C) a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento é facultativa.</p> <p>(D) o tribunal, na apuração de antigüidade, somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto da maioria absoluta de seus membros.</p> <p>(E) não será promovido o juiz que, em qualquer hipótese, retiver autos em seu poder além do prazo legal.</p>	<p>41. Demóstenes, servidor público federal, no desempenho de suas funções, somente poderá fazer o que estiver expressamente autorizado em lei e demais espécies normativas em virtude do princípio da</p> <p>(A) moralidade.</p> <p>(B) impessoalidade.</p> <p>(C) legalidade.</p> <p>(D) publicidade.</p> <p>(E) eficiência.</p>
<p>39. Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar em recurso ordinário</p> <p>(A) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta.</p> <p>(B) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público.</p> <p>(C) os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer tribunais, entre Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal.</p> <p>(D) o <i>habeas corpus</i>, o mandado de segurança, o <i>habeas data</i> e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.</p> <p>(E) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.</p>	<p>42. Macabeus, técnico judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, editou ato administrativo que não se incluía dentre as suas atribuições previamente fixadas em lei, razão pela qual preteriu o requisito do ato administrativo da</p> <p>(A) finalidade.</p> <p>(B) competência.</p> <p>(C) publicidade.</p> <p>(D) razoabilidade.</p> <p>(E) presunção de legitimidade.</p>
<p>40. O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo</p> <p>(A) Presidente da República, após aprovação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.</p> <p>(B) Congresso Nacional, após aprovação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Presidente da República.</p> <p>(C) Congresso Nacional, após a aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.</p> <p>(D) Presidente da República, após aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional.</p> <p>(E) Presidente da República, após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.</p>	<p>43. O órgão responsável pela fiscalização dos estabelecimentos comerciais de Manaus interditou, durante visita de rotina, determinada casa de laticínios que funcionava irregularmente e, ainda, estocava produtos impróprios para o consumo. Assim, de acordo com a situação em análise, o atributo do ato administrativo que permitiu a referida interdição, sem necessidade de intervenção judicial, denomina-se</p> <p>(A) auto-executoriedade.</p> <p>(B) razoabilidade.</p> <p>(C) presunção de legitimidade.</p> <p>(D) finalidade.</p> <p>(E) imperatividade.</p> <p>44. Após apreender um carregamento de componentes de informática, o Executivo Federal objetiva vender tais produtos a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação, mediante licitação que se realizará sob a modalidade denominada</p> <p>(A) concorrência.</p> <p>(B) tomada de preços.</p> <p>(C) convite.</p> <p>(D) leilão.</p> <p>(E) concurso.</p> <p>45. Quanto aos contratos administrativos, é correto afirmar:</p> <p>(A) A rescisão contratual somente pode se verificar judicialmente.</p> <p>(B) A Administração Pública não poderá exigir prestação de garantia nas contratações.</p> <p>(C) O Poder Público não pode alterar o contrato unilateralmente.</p> <p>(D) A ocorrência de caso fortuito regularmente comprovado não constitui motivo para rescisão contratual.</p> <p>(E) É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado.</p>

<p>46. De acordo com a classificação dos bens públicos, o imóvel que abriga e pertence à Prefeitura de Manaus é considerado</p> <p>(A) de uso especial. (B) de uso comum do povo. (C) dominial. (D) regular de serviço. (E) de uso disponível.</p>	<p>51. A pontualidade no comparecimento às audiências é sempre necessária. A lei, todavia, abre exceção para a hipótese de atraso dos juízes, concedendo uma tolerância de</p> <p>(A) 5 minutos. (B) 10 minutos. (C) 15 minutos. (D) 20 minutos. (E) 30 minutos.</p>
<p>47. O ato administrativo que permite maior liberdade de atuação por meio de critérios de conveniência e oportunidade, denomina-se</p> <p>(A) vinculado. (B) discricionário. (C) complexo. (D) composto. (E) arbitrário.</p>	<p>52. Excluídas as demandas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, nos processos trabalhistas cada uma das partes poderá arrolar pessoas para que sejam ouvidas como testemunhas, no número máximo de</p> <p>(A) duas. (B) três. (C) quatro. (D) cinco. (E) seis.</p>
<p>48. A receita classifica-se nas seguintes categorias econômicas:</p> <p>(A) de capital e de investimentos. (B) inversões financeiras e de investimentos. (C) correntes e de transferências correntes. (D) correntes e de capital. (E) de investimentos e correntes.</p>	<p>53. Ajuizada a reclamação trabalhista, o reclamado será notificado para comparecer à audiência, na qual apresentará sua defesa e as provas que tiver. A notificação do reclamado será feita por</p> <p>(A) via postal comum. (B) SEDEX. (C) oficial de justiça. (D) telegrama. (E) e-mail ou telegrama.</p>
<p>49. Existem, na Justiça do Trabalho, dissídios individuais e dissídios coletivos. A conciliação, entre as partes, nos termos da lei, é admitida</p> <p>(A) nos dissídios individuais, apenas na fase inicial do processo. (B) nos dissídios coletivos, apenas em audiência. (C) nos dissídios individuais, mas não nos dissídios coletivos. (D) nos dissídios individuais e nos dissídios coletivos, apenas na fase inicial do processo. (E) em todos os dissídios, individuais e coletivos, em qualquer fase do processo.</p>	<p>54. A competência das Varas do Trabalho é determinada pelo local</p> <p>(A) em que o empregado foi contratado. (B) em que reside o empregado. (C) em que está a matriz da empresa. (D) da prestação de serviços. (E) mais conveniente ao trabalhador.</p>
<p>50. Os processos trabalhistas, como disposto na CLT, devem permanecer nos cartórios ou secretarias das Varas. As consultas aos processos nos cartórios ou secretarias podem ser realizadas</p> <p>(A) por quaisquer pessoas, com ampla liberdade. (B) somente pelos reclamantes e pelos reclamados. (C) pelos reclamantes e pelos reclamados, bem como por seus advogados. (D) por quaisquer interessados. (E) pelos advogados e pelas partes, desde que previamente autorizados pelo juiz.</p>	<p>55. Inexistindo prova técnica (laudo pericial), as reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo deverão ser solucionadas no prazo máximo de</p> <p>(A) 10 dias. (B) 15 dias. (C) 21 dias. (D) 30 dias. (E) 60 dias.</p>

56. NÃO se inclui no elenco dos recursos admissíveis contra as decisões dos juizes e dos Tribunais Regionais do Trabalho:
- (A) recurso de embargos.
 - (B) recurso ordinário.
 - (C) recurso de revista.
 - (D) agravo.
 - (E) recurso extraordinário.
-
57. A jurisdição de cada Vara do Trabalho abrange todo o território da comarca em que tem sede, só podendo ser estendida ou restringida por lei
- (A) federal.
 - (B) estadual.
 - (C) municipal.
 - (D) estadual ou lei federal.
 - (E) municipal ou lei estadual.
-
58. Os serventuários que, sem motivo justificado, não realizarem os atos, dentro dos prazos fixados em lei
- (A) serão apenas advertidos.
 - (B) serão exonerados.
 - (C) não sofrerão quaisquer sanções.
 - (D) serão descontados em seus vencimentos.
 - (E) serão transferidos.
-
59. O texto da CLT menciona várias vezes os vogais (juizes classistas), nomeados e empossados pelos Presidentes de Tribunais Regionais do Trabalho. Os vogais ou juizes classistas
- (A) ainda subsistem, em algumas das Regiões da Justiça do Trabalho.
 - (B) não mais existem, em consequência da extinção da representação classista por emenda constitucional.
 - (C) deixaram de existir por força de revogação de artigos da CLT, por lei ordinária.
 - (D) foram extintos por medida provisória.
 - (E) desapareceram em consequência de decisão do TST, mantida pelo STF.
-
60. Nos processos trabalhistas, tanto os empregados como os empregadores,
- (A) não podem reclamar pessoalmente, sendo necessária a assistência por advogado.
 - (B) podem reclamar pessoalmente, sem advogado, apenas nas causas de valor inferior a 30 salários mínimos.
 - (C) podem reclamar pessoalmente, estritamente nas comarcas em que não houver assistência judiciária gratuita.
 - (D) podem reclamar pessoalmente, se houver permissão do juiz.
 - (E) podem reclamar pessoalmente, caso queiram fazê-lo, em quaisquer comarcas, independentemente do valor da causa.